

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

**ENGENHEIRO**

**SEGURANÇA NO TRABALHO**

2014

**1)** Uma unidade industrial acaba de instalar uma nova linha de montagem com equipamentos de última geração, ainda não existentes nas instalações. O SESMT da empresa é convocado pelo setor de manutenção elétrica que solicita informações de como deve proceder para realização das atividades de manutenção elétrica das novas instalações e atender a todas as determinações da NR 10. Diante deste fato, é **CORRETO** afirmar que

- a) o SESMT informa que devem ser elaboradas análises de riscos desenvolvidas com os circuitos desenergizados e respectivos procedimentos de trabalho.
- b) o SESMT informa que devem ser elaboradas análises de riscos desenvolvidas com os circuitos desenergizados e respectivos procedimentos de trabalho, assim como se deve realizar a reciclagem dos treinamentos definidos na NR 10.
- c) o SESMT informa que os serviços de manutenção elétrica devem ser acompanhados pela supervisão do fabricante que deve apoiar a elaboração de procedimentos de trabalho em conformidade com a NR 10.
- d) deve ser realizada somente a reciclagem do treinamento de NR 10 para todos os envolvidos.
- e) o SESMT deve informar que as atividades de manutenção elétrica devem ser analisadas por um profissional integrante do SESMT e que somente podem ser liberadas mediante PT (permissão de trabalho), acompanhada da análise dos perigos envolvidos.

**2)** Em conformidade com a NR 12, as máquinas e os equipamentos devem possuir manual com informações relativas à segurança em todas as fases de utilização. Sobre os manuais de máquinas e equipamentos, é **CORRETO** afirmar que

- a) o manual de qualquer máquina e equipamento, quando extraviado, deve ser reconstituído pelo SESMT.
- b) o manual de qualquer máquina e equipamento, quando extraviado, deve ser reconstituído pelo fabricante ou importado, obrigatoriamente, por ser o maior conhecedor do produto.
- c) os manuais de máquinas e equipamentos existentes antes da atual versão da NR 12, devem ser refeitos, de forma a atender a todas as determinações de elaboração dos manuais de máquinas e equipamentos construídos, após a vigência da nova NR 12.
- d) os manuais de máquinas ou equipamentos importados devem atender as determinações das normas técnicas internacionais e estão dispensados de fornecer manual em português.
- e) os manuais devem ser fornecidos pelo fabricante ou importador, estarem escritos em língua portuguesa, serem objetivos e explícitos, assim como possuir avisos de segurança.

**3)** Conforme disposto na NR32, quanto ao fornecimento gratuito de programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO, os trabalhadores que devem receber a imunização são

- a) todos os médicos e enfermeiros, independente do tipo de atendimento ao paciente.
- b) os médicos e enfermeiros sujeitos a contato direto com o paciente e o pessoal de limpeza e higienização.
- c) exclusivamente os médicos e enfermeiros dos centros de cirurgia.
- d) todos os trabalhadores do serviço de saúde.
- e) todos os trabalhadores do serviço de saúde, exceto os que trabalham no setor administrativo e recursos humanos.

**4)** O anexo 13, agentes químicos, da NR15 (atividades e operações insalubres) traz a relação das atividades e operações, envolvendo agentes químicos, considerados insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Um dos agentes inseridos neste anexo é o Arsênico, utilizado em diversas atividades e em processos de transformação. A atividade considerada insalubre de grau máximo, utilizando Arsênico é a seguinte:

- a) Empalhamento de animais à base de compostos de arsênico.
- b) Operações de galvanotécnica à base de compostos de arsênico.
- c) Pintura a pistola com pigmentos de compostos de arsênico, em recintos limitados ou fechados.
- d) Conservação e peles e plumas; depilação de peles à base de compostos de arsênico.
- e) Descoloração de vidros e cristais à base de compostos de arsênico.

5) A NR 10 determina que a desenergização seja uma medida de segurança para trabalho com eletricidade. Sobre a alteração do processo de desenergização definido na NR 10, é **CORRETO** afirmar que

- a) pode ser alterado, ou seja, sejam acrescentados itens e retirados itens, somando-se a existência uma justificativa prévia, assinada por um profissional habilitado e autorizado e que seja mantido o mesmo nível de risco.
- b) pode ser alterado, ou seja, sejam acrescentados itens e que exista uma justificativa prévia, assinada por um profissional autorizado e que seja mantido o mesmo nível de risco.
- c) pode ser alterado, ou seja, sejam acrescentados itens e retirados itens, somando-se a existência uma justificativa prévia, assinada por um profissional habilitado e autorizado e que seja mantido o mesmo nível de risco. É obrigatório que a empresa comunique ao sindicato da categoria envolvida no serviço e ao Ministério do Trabalho e Emprego
- d) não pode ser alterado a não ser pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- e) o processo de desenergização pode ser alterado desde que seja comunicado ao sindicato da categoria envolvida no serviço e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6) Em relação a adicionais de periculosidade previstos pela NR 16 e seus anexos, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- b) as operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos.
- c) eletricitários que realizam serviços em instalações de baixa tensão como colocação de tomadas e troca de luminárias devem receber adicional de periculosidade.
- d) o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.
- e) são consideradas atividades ou operações perigosas as executadas com explosivos sujeitos à degradação química ou autocatalítica.

7) Quanto à proibição no ambiente de trabalho, a característica que atende ao disposto na NR 32 é

- a) o ato de fumar, o uso de adornos e o manuseio de lentes de contato nos postos de trabalho.
- b) a utilização de pias de trabalho para fins diversos dos previstos.
- c) a guarda de alimentos em locais não destinados para este fim.
- d) o consumo de alimentos e bebidas nos postos de trabalho.
- e) o uso de calçados fechados.

8) A condição de uso dos dosímetros individuais em trabalhos com radiação ionizante está contemplada na seguinte afirmação:

- a) Os dosímetros individuais devem ser obtidos, calibrados e avaliados em empresas de reconhecida capacidade na área.
- b) Os dosímetros individuais devem ser obtidos, calibrados e avaliados exclusivamente em laboratórios de monitoração individual, acreditados por organismo internacional reconhecido pela ANVISA.
- c) Os dosímetros individuais devem ser utilizados em até um ano, após a primeira calibração e devem sofrer calibração a cada seis meses de uso.
- d) Os dosímetros individuais só devem ser utilizados, em caso de dupla jornada de trabalho.
- e) Os dosímetros individuais devem ser obtidos, calibrados e avaliados exclusivamente em laboratórios de monitoração individual, acreditados pela CNEN.

**9)** A NR 32 estabelece critérios a serem adotados na elaboração do PCMSO com relação à possibilidade de exposição acidental aos agentes biológicos. Assinale a alternativa que **NÃO** atende as determinações da NR32.

- a) Os procedimentos a serem adotados para diagnóstico, acompanhamento e prevenção da soroconversão e das doenças.
- b) O tratamento médico de emergência para os trabalhadores.
- c) As formas para atendimento no local do acidente dos trabalhadores.
- d) A relação dos estabelecimentos de saúde que podem prestar assistência aos trabalhadores.
- e) A identificação dos responsáveis pela aplicação das medidas pertinentes.

**10)** Conforme definido na NR 23, prevenção e combate a incêndios, as medidas de combate a incêndio devem ser definidas, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas. Desta forma, adotando como base a NBR14276:2006 da ABNT, é **CORRETO** afirmar sobre o treinamento para a formação da brigada o seguinte:

- a) A validade do treinamento completo dos integrantes da brigada é de 2 (dois) anos.
- b) Para o treinamento de reciclagem da brigada de incêndio, o aluno pode ser dispensado da parte teórica de incêndio e/ou primeiros socorros, se tiver participado de avaliação prévia e obtiver aproveitamento maior ou igual a 70% avaliação.
- c) O curso de brigadista definido na NBR 14276:2006 confere certificado aos concluintes que tiverem aproveitamento maior ou igual a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento.
- d) Para o treinamento de reciclagem da brigada de incêndio, o aluno pode ser dispensado da parte prática de incêndio e de primeiros socorros, se tiver participado de avaliação prévia e obtiver aproveitamento maior ou igual a 80% nessa avaliação.
- e) Para o treinamento de reciclagem da brigada de incêndio, o aluno deve ser submetido à prova discursiva e deve ser conduzido ao treinamento prático, se seu aproveitamento foi igual ou superior a 60% (sessenta por cento).

**11)** A NR 1 apresenta as disposições gerais em relação às determinações sobre segurança do trabalho do MTE. Sobre estas determinações é **CORRETO** afirmar que

- a) as empresas estatais são obrigadas a atender as determinações de segurança das normas do MTE, com exceção dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pois são regidos por legislação específica.
- b) as instituições ligadas aos Poderes Legislativo e Judiciário são obrigadas a atender as determinações dos códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho, pois estes códigos permeiam ações de segurança e saúde no trabalho.
- c) a NR 1 determina que as empresas estrangeiras devem fazer registro dos seus trabalhadores em trânsito no território nacional, para que seja possível a aplicação das normas do MTE em todo o contingente da empresa.
- d) as determinações das normas regulamentadoras são aplicáveis aos trabalhadores avulsos, às entidades ou a empresas que lhes tomem o serviço e aos sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais.
- e) a NR 1 determina que as empresas estrangeiras devem fazer registro dos seus trabalhadores que permaneçam mais de 90 (noventa) dias em um período de 6 (seis) meses em território nacional, para que seja possível a aplicação das normas do MTE em todo o contingente da empresa.

**12)** Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à necessidade de treinamento em trabalho especificado na NR35.

- a) Mudança nos procedimentos, condições ou operações de trabalho.
- b) Treinamento periódico anual.
- c) Mudança de função na empresa.
- d) Retorno de afastamento ao trabalho por período superior a sessenta dias.
- e) Evento que indique a necessidade de treinamento de montagem de andaimes.

**13)** A NR 3 determina as condições para a execução de embargo e interdição. Sobre a NR 3, é **CORRETO** afirmar sobre as condições que ocasionam o embargo e interdição.

- a) A interdição ou embargo de uma instalação será realizada, quando houver condição de grave e iminente risco a toda condição ou situação de trabalho que possa causar acidente ou doença relacionada ao trabalho com lesão grave à integridade física do trabalhador.
- b) A fiscalização do MTE, responsável pelo embargo e pela interdição, deve procedê-los quando for identificada a condição risco grave de acidente no trabalho, não existindo condição que elimine o risco ou o reduza em prazo considerado adequado pela fiscalização do MTE.
- c) A fiscalização do MTE, responsável pelo embargo e pela interdição deve procedê-los quando for identificada a condição risco grave e iminente de acidente com a possibilidade e de ocorrer morte no ambiente de trabalho, não existindo condição que elimine o risco ou o reduza em níveis aceitáveis pelas demais normas do MTE, em prazo considerado adequado pela fiscalização do MTE e o sindicato dos trabalhadores expostos ao risco identificado.
- d) Embargo e interdição são medidas preventivas, aplicadas devido à identificação de situação de trabalho que caracterize risco grave e iminente ao trabalhador e a terceiros.
- e) A interdição implica a paralisação total das atividades da empresa quando é identificada condição de risco grave e iminente à saúde, ao meio ambiente do trabalho e à integridade física do trabalhador. Esta condição é identificada pelo MTE que deve definir prazo, para que a empresa que sofreu a interdição implemente medidas corretivas para reduzir o risco a níveis aceitáveis pela legislação trabalhista, conforme definição da CLT.

**14)** A distância mínima de afastamento de material empilhado das estruturas laterais do prédio, segundo a NR11, é de

- a) 0,50m (cinquenta centímetros).
- b) 0,60m (sessenta centímetros).
- c) 1,20 (um metro e vinte centímetros).
- d) 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).
- e) 2,00 (dois) metros.

**15)** A informação que **NÃO** é obrigatória estar contida na ficha descritiva do produto químico, conforme preconiza a NR32, é a seguinte:

- a) Procedimentos em situações de emergência.
- b) As características e as formas de utilização do produto.
- c) A data de fabricação, o lote e o controle de qualidade do produto.
- d) As medidas de proteção coletiva, individual e controle médico da saúde dos trabalhadores.
- e) Os riscos à segurança e à saúde do trabalhador e ao meio ambiente, considerando as formas de utilização.

**16)** Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto aos requisitos que devem ser satisfeitos para instalação de caldeira em ambiente aberto que determina que as caldeiras devem estar afastadas de, no mínimo, 3 (três) metros de

- a) do limite com as vias públicas.
- b) das cercas de fechamento da área da caldeira.
- c) de outras instalações do estabelecimento.
- d) do limite de propriedade de terceiros.
- e) de depósitos de combustíveis, excetuando-se reservatórios para partida com até 2000 (dois mil) litros de capacidade.

**17)** A NR36, segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados, estabelece os critérios necessários para os treinamentos de trabalhadores que venham a desempenhar atividades de processamento de carnes e derivados. Em relação a estes critérios, é **CORRETO** afirmar que

- a) a elaboração do conteúdo, a execução e a avaliação dos resultados dos treinamentos em SST devem contar com a participação de representante da empresa com conhecimento técnico sobre o processo produtivo, integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, quando houver, membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e responsáveis pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- b) deve ser realizado treinamento na admissão com, no mínimo, seis horas de duração.
- c) deve ser realizado treinamento periódico anual com carga horária de, no mínimo, quatro horas.
- d) os trabalhadores não necessitam receber instruções adicionais ao treinamento obrigatório quando forem introduzidos novos métodos, equipamentos, mudanças no processo ou procedimentos que possam implicar em novos fatores de riscos ou alterações significativas.
- e) é vedada a participação da representação sindical para sugestões de melhorias dos treinamentos ministrados pelas empresas.

**18)** A informação que **NÃO** tem exigência para constar da placa de identificação da caldeira, conforme preconizado na NR13, é

- a) número de ordem dado pelo fabricante da caldeira.
- b) quantidade de tubos de troca térmica.
- c) pressão máxima de trabalho admissível.
- d) capacidade de produção de vapor.
- e) área de superfície de aquecimento.

**19)** **NÃO** consta do conteúdo programático estabelecido na NR33 para o treinamento de vigias e autorizados, o seguinte:

- a) Critérios de indicação e uso de equipamentos para controle de riscos.
- b) Reconhecimento, avaliação e controle de riscos.
- c) Procedimentos e utilização da Permissão de Entrada e Trabalho.
- d) Noções de resgate e primeiros socorros.
- e) Funcionamento de equipamentos utilizados.

**20)** A NR12, máquinas e equipamentos, estabelece critérios para arranjo físico e para instalações. Em relação a esses critérios, é **CORRETO** afirmar que

- a) as áreas de circulação devem ser mantidas eventualmente desobstruídas, a critério do empregador.
- b) os materiais em utilização no processo produtivo devem ser alocados em áreas específicas de armazenamento, devidamente demarcadas com faixas na cor amarela ou verde ou sinalizadas, quando se tratar de áreas externas.
- c) as vias principais de circulação nos locais de trabalho e as que conduzem às saídas devem ter, no mínimo, 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.
- d) os espaços ao redor das máquinas e equipamentos devem ser adequados ao seu tipo e ao tipo de operação, de forma a permitir a ocorrência de acidentes e doenças relacionados ao trabalho.
- e) nos locais de instalação de máquinas e equipamentos, as áreas de circulação devem ser devidamente demarcadas e em conformidade com as normas técnicas oficiais.

**21)** As condições de trabalho dos trabalhadores de telemarketing são abordadas no anexo II da NR17. Em relação à capacitação dos trabalhadores, pode-se afirmar que deve haver

- a) um treinamento trimestral de 4 horas.
- b) somente um treinamento na admissão de 4 horas.
- c) somente um treinamento na admissão de 8 horas.
- d) um treinamento na admissão de 8 horas e reciclagem a cada 12 (doze) meses.
- e) um treinamento na admissão de 4 horas e reciclagem a cada 6 (seis) meses.

**22)** Em relação a Instalações elétricas especificadas na NR12, máquinas e equipamentos, é **INCORRETO** afirmar que

- a) as instalações elétricas das máquinas e equipamentos que utilizem energia elétrica fornecida por fonte externa devem possuir dispositivo protetor contra sobrecorrente, dimensionado, conforme a demanda de consumo do circuito.
- b) são proibidas nas máquinas e equipamentos a utilização de chave geral como dispositivo de partida e parada.
- c) as máquinas e equipamentos devem possuir dispositivo protetor contra sobretensão, quando a elevação da tensão puder ocasionar risco de acidentes.
- d) quando a alimentação elétrica possibilitar a inversão de fases de máquina que possa provocar acidentes de trabalho, deve haver dispositivo monitorado de detecção de sequência de fases ou outra medida de proteção de mesma eficácia.
- e) é permitida a utilização de chaves tipo faca nos circuitos elétricos.

**23)** Algumas empresas usam métodos que causam assédio moral, medo ou constrangimento, tais como: estímulo abusivo à competição entre trabalhadores ou grupos/equipes de trabalho; exigência de que os trabalhadores usem, de forma permanente ou temporária, adereços, acessórios, fantasias e vestimentas com o objetivo de punição, promoção e propaganda. Sobre este assunto pode-se afirmar que

- a) envolve abalo psicofisiológico, sendo abordado na NR32.
- b) envolve insalubridade e periculosidade, sendo abordado na NR15.
- c) é tratado pela legislação trabalhista previdenciária e não pelas Normas regulamentadoras.
- d) pode configurar assédio moral, sendo abordado na NR17.
- e) não envolve segurança do trabalho e por isso não é tratado pelas Normas regulamentadoras.

**24)** A lei 8213/91 estabelece o que legalmente é considerado acidente de trabalho. Em relação a esta lei, não é equiparada a acidente de trabalho a seguinte situação:

- a) O acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.
- b) O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- c) O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- d) Doença degenerativa e característica do grupo etário.
- e) O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

**25)** Conforme definido no item 23.1 da NR 23, as medidas de combate a incêndio devem ser definidas, em conformidade com a legislação estadual em normas técnicas. Desta forma, adotando como base a NBR14276:2006 da ABNT, é **CORRETO** afirmar sobre a forma de identificação e divulgação da brigada de incêndio e de seus membros em uma instalação que

- a) em situações reais de emergência ou durante os simulados, além de utilizar o crachá ou o “botton” de identificação, o brigadista deve dispor de outro meio de identificação, como por exemplo, uma braçadeira de identificação, colete de identificação, capacete com jugular, entre outros.
- b) a empresa deve divulgar em local visível a composição da brigada, deve manter cópia dos procedimentos de ação de emergência em cada setor de trabalho, deve informar o número do telefone de emergência para contato, deve informar a composição da brigada e deve informar quem são seus integrantes, bem como os locais de trabalho.
- c) o brigadista deve ser identificado por meio de uniforme compatível com a sua função na brigada e deve ser facilmente distinguível dos demais uniformes utilizados na empresa.
- d) em situações reais de emergência, eventos ou durante os simulados, além de utilizar o crachá ou o “botton” de identificação, o brigadista deve dispor de outro meio de identificação, como por exemplo, uma braçadeira de identificação, um colete de identificação, um capacete com jugular, entre outros.
- e) o brigadista deve ser identificado por meio de uniforme compatível com a sua função na brigada e os riscos avaliados pela análise de risco que definiu os cenários possíveis de emergência.

**26)** A NR 15, atividades e operações insalubres, estabelece os critérios para as atividades e as operações serem consideradas insalubres, a exemplo de atividades que necessitam de comprovação por meio de laudo de inspeção do local de trabalho. É **INCORRETO** afirmar que as atividades ou as operações que

- a) exponham os trabalhadores, sem a proteção adequada, às vibrações localizadas ou de corpo inteiro, serão caracterizadas como insalubres, através de perícia realizada no local de trabalho.
- b) forem executadas no interior de câmaras frigoríficas ou em locais que apresentem condições similares, que exponham os trabalhadores ao frio, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
- c) exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400- 320 nanômetros) serão consideradas insalubres.
- d) forem executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.
- e) exponham os trabalhadores às radiações não ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.

**27)** Em relação a NR36, segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e de processamento de carnes e derivados, referente a medidas de prevenção coletivas e individuais, quando da utilização de produtos químicos em especial amônia e o plano de emergência, é **INCORRETO** afirmar que

- a) sempre que ocorrer acidente que implique vazamento de amônia nos ambientes de trabalho, deve ser efetuada a medição da concentração do produto no ambiente, para que seja autorizado o retorno dos trabalhadores às suas atividades.
- b) o Plano de Resposta a Emergências deve conter registro dos exercícios simulados, realizados com periodicidade mínima anual, envolvendo todos os empregados da área.
- c) as medidas de prevenção coletivas a serem adotadas quando da utilização de amônia devem envolver, no mínimo, manutenção das concentrações ambientais aos níveis mais baixos possíveis e sempre abaixo do nível de ação (NR 09), por meio de ventilação adequada.
- d) em caso de vazamento de amônia, no painel de controle do sistema de refrigeração deve ser acionado manualmente o sistema de alarme em até 1(um) minuto, após a detecção.
- e) as medidas de prevenção coletivas a serem adotadas quando da utilização de amônia devem envolver manutenção das instalações elétricas à prova de explosão, próximas aos tanques.



**28)** O ANEXO 11 da NR15, agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e de inspeção no local de trabalho, considera como atividade insalubre de grau mínimo, caso ocorra sua caracterização nas atividades expostas, a

- a) Acetonitrila.
- b) N-pentano.
- c) Tolueno.
- d) Fosfamina.
- e) Anilina.

**29)** O SESMT de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), dentre suas inúmeras atribuições, deve ainda fiscalizar a segurança na execução de obras civis nas unidades de sua responsabilidade, seguindo os preceitos da NR 18. Em relação às áreas de vivência preconizadas nesta norma é **CORRETO** afirmar que

- a) deve possuir vestiário e este deve ter bancos em número suficiente para atender aos usuários, com largura mínima de 0,40m (quarenta centímetros).
- b) sempre é necessária a existência de lavanderia.
- c) deve sempre possuir ambulatório, pois o índice de acidentes não é desprezível no setor.
- d) no alojamento, se houver, deve-se ter área mínima de 2,00m<sup>2</sup> (dois metros) quadrados por módulo cama/armário, incluindo a área de circulação, sendo proibido se localizarem em porões e subsolos.
- e) independentemente do número de trabalhadores e da existência ou não de cozinha, em todo canteiro de obra, deve haver local exclusivo para o aquecimento de refeições, dotado de equipamento adequado e seguro para o aquecimento.

**30)** A NR 12 determina medidas de segurança para máquinas e equipamentos. Um dos equipamentos abordados por esta norma são os equipamentos de guindar para elevação de pessoas e realização de trabalho em altura. Os equipamentos que possuem cestas devem atender a NR 12. Sobre as cestas destes equipamentos é **CORRETO** afirmar que devem dispor de

- a) dispositivo de parada de emergência nos comandos superior e inferior, manter, apenas, um deles operando, conforme for a forma de utilização, tendo o comando superior prioridade sobre o inferior.
- b) dispositivo de travamento de segurança, de modo a impedir a atuação inadvertida dos controles superiores e inferiores.
- c) ponto para aterramento.
- d) controles superiores com prevalência dos controles inferiores que devem ser prontamente acessíveis para a movimentação da caçamba.
- e) controles dos estabilizadores protegidos contra o uso inadvertido, localizados na base da unidade móvel, de modo que qualquer pessoa possa ver os estabilizadores se movimentando.

**31)** De acordo com a NR 20, as análises de riscos devem ser elaboradas por equipe

- a) especialista em risco, com participação de, no mínimo, um trabalhador com experiência na instalação, ou em parte desta, que é objeto da análise.
- b) especialista em risco, com conhecimento na aplicação das metodologias, dos riscos e da instalação.
- c) multidisciplinar, com conhecimento na aplicação das metodologias, dos riscos e da instalação.
- d) multidisciplinar, com participação de, no mínimo, um trabalhador com experiência na instalação, ou em parte desta, que é objeto da análise.
- e) multidisciplinar, com conhecimento na aplicação das metodologias, dos riscos e da instalação, com participação de, no mínimo, um trabalhador com experiência na instalação, ou em parte desta, que é objeto da análise.

**32)** A NR 12 determina medidas de segurança em máquinas e equipamentos. Uma destas medidas é a utilização de dispositivos de segurança. Em conformidade com a NR 12, identifique o que está **CORRETO** em relação aos dispositivos de segurança.

- a) Os dispositivos de validação, como dispositivos suplementares de comando operados remotamente, quando aplicados de modo intermitente, habilitam o dispositivo de acionamento, como chaves seccionadoras e dispositivos bloqueáveis.
- b) Os sensores de segurança dispositivos detectores de presença mecânicos, que atuam quando uma pessoa ou parte do seu corpo adentra a zona controlada de uma máquina ou equipamento, enviando um sinal para interromper ou impedir o início de funções perigosas, como cortinas de luz, detectores de presença optoeletrônicos, laser de múltiplos feixes, barreiras óticas, monitores de área, ou scanners, batentes, tapetes e sensores de posição.
- c) Os comandos elétricos ou interfaces de segurança são responsáveis por monitorar a verificação da interligação e posição do sistema e impedem a ocorrência de falha que ocasione a perda da função de segurança.
- d) Os dispositivos de intertravamento, como chaves de segurança eletromecânicas, com ação e ruptura positiva, magnéticas e eletrônicas codificadas, optoeletrônicas, sensores indutivos de segurança e outros dispositivos de segurança com finalidade de impedir o funcionamento de elementos da máquina sob condições determinadas.
- e) Os comandos de referência são equipamentos que têm a função de gerenciar os demais dispositivos de segurança que, por definição de projeto, devem ser interligados por comandos de ação positiva.

**33)** Deve ser elaborada, baseado na NR20, permissão de trabalho para atividades não rotineiras de intervenção nos equipamentos, baseada em análise de risco, nos trabalhos

- a) em equipamentos que afetem a produção.
- b) envolvendo isolamento de equipamentos e bloqueio/etiquetagem.
- c) em locais com difícil acesso.
- d) em caso de execução do serviço perdurar mais de 2 (dois) turnos de trabalho.
- e) com equipamentos mecânicos.

**34)** Quando for necessário encamisar tubulões a céu aberto, esta operação deve atender a requisitos de segurança, preconizados pela NR18. Em relação à segurança na execução de encamisamento de tubulões a céu aberto, é **CORRETO** afirmar que

- a) Todas as medidas de proteção coletiva e individual exigidas para a atividade devem estar descritas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, bem como plano de resgate e remoção em caso de acidente, modelo de check list a ser aplicado diariamente, modelo de programa de treinamento destinado aos envolvidos na atividade, contendo as atividades operacionais, de resgate e noções de primeiros socorros, com carga horária mínima de 8 horas.
- b) As ocorrências e as atividades sequenciais das escavações dos tubulões a céu aberto devem ser registradas semanalmente em livro próprio pelo responsável técnico.
- c) É permitido o trabalho simultâneo em bases alargadas em tubulões adjacentes, sejam estes trabalhos de escavação e/ou de concretagem, desde que acompanhado de equipe de resgate e profissional habilitado.
- d) O diâmetro mínimo para escavação de tubulão a céu aberto é de um metro e vinte centímetros.
- e) Deve ser proporcionado oxigênio enriquecido a taxa de pelo menos 80(oitenta) por cento e realizado estudo de ventilação forçada.

**35)** As instalações para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem ser projetadas, considerando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente que impactem sobre a integridade física dos trabalhadores previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, convenções e acordos coletivos, bem como nas demais regulamentações pertinentes em vigor. No projeto das instalações classes II e III, deve constar em língua portuguesa, conforme a NR 20,

- a) fluxograma de processo.
- b) descrição das instalações com mapa de localização.
- c) planta de localização.
- d) informação de segurança, de saúde e do meio ambiente relativa aos processos de manutenção e suas características.
- e) especificação técnica dos equipamentos, máquinas e acessórios utilizados no processo produtivo.

**36)** Os cavaletes, segundo NR11, devem estar instalados sobre bases construídas de material resistente e impermeável, de forma a garantir perfeitas condições de estabilidade e de posicionamento, observando-se o seguinte requisito:

- a) Devem garantir adequado apoio das chapas com altura mínima de um metro e sessenta centímetros.
- b) Deve ser garantido um espaço, devidamente sinalizado, com no mínimo oitenta centímetros entre cavaletes verticais.
- c) Deve ter, no máximo, sete metros de comprimento com um reforço nas extremidades.
- d) Devem ser compostos de seções com largura máxima de trinta e três centímetros.
- e) Devem ter espessura os palitos dos cavaletes verticais que possibilitem resistência aos esforços das cargas usuais e serem soldados, garantindo a estabilidade e impedindo o armazenamento de mais de vinte chapas em cada seção.

**37)** A CIPA, ao reconhecer os riscos de um ambiente de trabalho e frente de serviços de um setor de manutenção de obras viárias da prefeitura de uma instituição federal de ensino superior, encontrou os riscos de umidade, ruído contínuo, vibrações, calor, risco de queda de mesmo nível, choque elétrico acidental, fumos metálicos e radiações não ionizantes. Os riscos ambientais físicos, conforme a NR 09, são somente

- a) umidade, ruído contínuo, vibrações, calor e radiações não ionizantes.
- b) ruído contínuo, calor, choque elétrico acidental e fumos metálicos.
- c) vibrações, ruído contínuo, calor.
- d) risco de queda de mesmo nível, choque elétrico acidental e radiações não ionizantes.
- e) risco de queda de mesmo nível, choque elétrico acidental, fumos metálicos e radiações não ionizantes.

**38)** O projeto de uma instalação com objetivo de fabricação de explosivos terá como base as determinações da NR 19 para locais de produção de explosivos. Sobre estas determinações de construção, é **CORRETO** afirmar que

- a) as paredes devem ser confeccionadas com material liso (sem poros), devem ser retas, com material incombustível e os pisos devem ser antiestáticos.
- b) os locais para fabricação de explosivos devem ser vedados para evitar a entrada de contaminantes ou possíveis fontes de ignição.
- c) os sistemas de combate a incêndio devem possuir acionamento automático e monitorados por meio de detectores de incêndio.
- d) os materiais inflamáveis utilizados nas instalações devem ser equipotencializados e aterrados, conforme as determinações das normas técnicas brasileiras vigentes.
- e) os sistemas de incêndio devem estar interligados a uma central de monitoramento que possua automatização do sistema de combate por inundação por gás dióxido de carbono.

**39)** A NR18 estabelece critérios para confecção de rampas escadas e passarelas. Em relação a estes critérios, é **CORRETO** afirmar que

- a) a madeira a ser usada para construção de escadas, rampas e passarelas deve ser de boa qualidade, sem apresentar nós e rachaduras que comprometam sua resistência, estar seca, podendo o uso de pintura para proteção de imperfeições.
- b) a transposição de pisos com diferença de nível superior a 2,00m (dois metros) deve ser feita por meio de escadas ou rampas.
- c) as escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.
- d) as escadas provisórias de uso coletivo devem ser dimensionadas em função do fluxo de trabalhadores, respeitando-se a largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros), devendo ter, pelo menos, a cada 2,00m (dois metros) de altura um patamar intermediário.
- e) é proibido o uso de escada de mão com montante único.

**40)** A NR18 estabelece medidas de proteção contra quedas. Em construções com mais de quatro pavimentos ou de altura equivalente deve-se dispor de plataforma principal, secundárias e terciárias de proteção, quando necessário. Em relação a estas medidas, é **CORRETO** afirmar que

- a) a plataforma principal deve ter, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de projeção horizontal da face externa da construção e 1 (um) complemento de 0,80m (oitenta centímetros) de extensão, com inclinação de 45° (quarenta e cinco graus), a partir de sua extremidade.
- b) as plataformas secundárias devem ter, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de balanço e um complemento de 0,80m (oitenta centímetros) de extensão, com inclinação de 30° (trinta graus), a partir de sua extremidade.
- c) plataformas secundárias de proteção, também, devem ser instaladas em balanço, de 2 (duas) em 2 (duas) lajes acima e a partir da plataforma principal de proteção.
- d) plataformas terciárias de proteção, de 3 (três) em 3 (lajes) lajes, contadas em direção ao subsolo e a partir da laje referente à instalação da plataforma principal de proteção devem ser instaladas, ainda, na construção de edifícios com pavimentos no subsolo.
- e) as plataformas devem ser obrigatoriamente de madeira de primeira qualidade sem nós ou outras deformidades que diminuam sua capacidade de resistência a esforços de torção, flexão e carga.

### Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari\**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

\* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

**41)** O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

**42)** A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

**43)** De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º.º)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º.º)
- c) “(...) pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...) ( 1º.º)
- d) “(..) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” ( 1º.º)
- e) “(...),contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º.º)

**44)** No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

**45)** O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” ( 1º.º)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)”( 2º.º)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” ( 3º.º)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” ( 5º.º)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” ( 2º.º)

**46)** Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º.º)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º.º)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” ( 1º.º)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...) (5º.º)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...) (5º.º)

**47)** A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar / dignidade

**48)** A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

**49)** No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

**50)** O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)” (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)” (5º§).
- c) “ A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)” (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente ( Conanda) (3º§).

**51)** A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

**52)** No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...)” ( 5º§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.



**53)** Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**54)** Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

**55)** A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

**56)** O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

**57)** O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

**58)** Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) “(...), para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)”  
( 2º.§)
- b) “ (...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)” ( 3º.§)
- c) “A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)” ( 3º.§)
- d) “ (...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)”  
( 4º. §)
- e) “ Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil,(...)” ( 2º. §)

**59)** A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) “Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica” (transitivo indireto).
- b) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)” (transitivo direto e indireto).
- c) “A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)”(transitivo direto).
- d) “A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)” (verbo de ligação).
- e) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)” (verbo transitivo direto).

**60)** A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

**61)** Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

**62)** Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

**63)** Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

**64)** Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

**65)** Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

**66)** O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

**67)** No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

**68)** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

**69)** Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

**70)** No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.